

A POIESIS DA DEMO CRACIA

C O O R D E N A Ç Ã O D E
BRENO BATTISTIN SEBASTIANI, DELFIM LEÃO,
LUCIA SANO, MARTINHO SOARES, CHRISTIAN WERNER

CoimbraCompanions

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Atenas, 411:

DO GOLPE OLIGÁRQUICO À *POIESIS* DA
DEMOCRACIA

ATHENS, 411:

FROM THE OLIGARCHIC COUP TO THE *POIESIS*
OF DEMOCRACY

Breno Battistin Sebastiani

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ORCID | 0000-0002-3777-6086

Resumo

O texto examina o passo de Tucídides sobre a *katalysis* da democracia ateniense em 411 (Thuc. 8.45-98) discutindo três fatores que se poderia designar como “técnicas de golpe de Estado” (Bearzot 2013) articuladas tanto por Alcibíades quanto pelos aristocratas (Pisandro, Frínico, Antifonte, Terâmenes) que encabeçaram a iniciativa: a) a dissolução do sentimento de unidade cívica mediante a manipulação clandestina das instituições democráticas por parte das *betairiai*; b) a promoção de um clima de desconfiança e desesperança generalizadas mediante a abolição do *misthos* para o exercício de funções públicas e a proposição dissimulatória de *metathesis* da constituição; e c) a eliminação de lideranças democráticas por cooptação (caso dos próprios Pisandro, Frínico e Terâmenes, antigos partidários da democracia) ou assassinato político (Ândrocles e Hipérbolo). Na segunda parte, o exame salienta a resiliência dos valores democráticos em conjunturas de profunda crise sócio-político-econômica (caso de Atenas após a fracassada expedição contra a Sicília), quando as instituições associadas a tais valores se reforçaram mediante contra-iniciativas inteligentemente organizadas, como a levada a cabo pelos marinheiros atenienses estacionados em Samos liderados por Trasíbulo e Trasilo.

Palavras-chave

Governo dos Quatrocentos, técnicas de golpe, dissolução da democracia, restauração democrática, Tucídides

Abstract

The text examines Thucydides' passage on the *katalysis* of Athenian democracy in 411 (Thuc. 8.45-98). It discusses three factors that could be termed "coup techniques" (Bearzot 2013), which were articulated by both Alcibiades and the aristocrats who led the initiative (i.e., Peisander, Phrynichus, Antiphon, Theramenes): a) the dissolution of the sense of civic unity through the clandestine manipulation of democratic institutions by the *hetairiai*; b) the promotion of a climate of generalized mistrust and hopelessness through the abolition of the *misthos* for the exercise of public functions and the dissimulatory proposition of *metathesis* of the constitution; and c) the elimination of democratic leaderships by means of co-optation (in the case of Peisander, Phrynichus and Theramenes, former supporters of democracy) or political assassination (Androcles and Hyperbolus). In the second part, the survey highlights the resilience of democratic values in situations of deep socio-political-economic crisis (in the case of Athens after the failed expedition against Sicily), when institutions associated with such values were reinforced by cleverly organized counter-initiatives, as carried out by the Athenian sailors stationed in Samos led by Thrasyboulus and Thrasyllus.

Keywords

Four Hundred Oligarchy, coup techniques, democracy dissolution, democratic restoration, Thucydides

Que fazer, então? Deixar de considerar a democracia como um dado adquirido, definido de uma vez e para sempre intocável. Num mundo que se habituou a discutir tudo, uma só coisa não se discute, precisamente a democracia. (...) discutamo-la, meus senhores, discutamo-la a todas as horas, discutamo-la em todos os foros, porque, se não o fizermos a tempo, se não descobrirmos a maneira de a reinventar, sim, de a re-inventar, não será só a democracia que se perderá, também se perderá a esperança de ver um dia respeitados neste infeliz planeta os direitos humanos.

(J. Saramago, *Verdade e ilusão democrática*, 1991)

INTRODUÇÃO¹

No ano de 412/1 Atenas se encontrava em uma conjuntura político-econômica particularmente delicada, resultante da conjugação de três grandes ocorrências: a catástrofe na Sicília (Thuc. 8.1-2), o reforço da posição espartana em virtude da aliança com o Rei persa (*Ath. Pol.* 29.1) e a gravíssima crise econômico-militar que se seguiu e se aprofundou com a defecção de Quios (Thuc. 8.14)². Em decorrência de tamanha vulnerabilidade, pela primeira vez em quase cem anos (Thuc. 8.68.4) o *demos* ateniense se vê às voltas com uma iniciativa concertada e desfechada em várias frentes, um golpe interno cujo objetivo não declarado, mas reiteradamente denunciado

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Agradeço também os auxílios de FAPESP (Procs. 2016/07707-0 e 2017/00439-3), DLCV-FFLCH-USP, PPG-LC-USP/CAPES e da Universidade de Coimbra. Agradeço, ainda, a generosidade e o cuidado dos pareceristas. Problemas remanescentes e opiniões emitidas são, naturalmente, de minha exclusiva responsabilidade.

2 Para uma reconstrução detalhada dos antecedentes do golpe cf. Tuci 2013: 13-112.

por Tucídides, era a *katalysis* ou dissolução da democracia³. Num momento em que aristocratas ricos se sentem especialmente lesados por toda sorte de gravames e mal compensados, em termos políticos, pelos serviços prestados à cidade, alguns deles se unem para tentar dissolver a constituição e alterar o *modus operandi* democrático⁴. Levada a cabo pela iniciativa conjunta de homens como Alcibíades, então exilado e desejoso de retornar a Atenas a qualquer preço, cidadãos com opiniões e práticas antes democráticas como Pisandro e Terâmenes⁵, e ferrenhos opositores como Antifonte e Frínico, a “oligarquia dos 400” mais 10 plenipotenciários⁶ teve curta duração – quatro meses – mas marcou o imaginários da *polis*, de Tucídides e da posteridade pela gravidade da ruptura que representou⁷.

3 A expressão “*katalysis tou demou*” e/ou correlatas são recorrentes no texto do historiador, que as emprega para se referir às *metastaseis* de regime seja em Atenas, seja em outras cidades como Samos ou Tasos: e.g., Thuc. 8.47.2: τὸ καταλύσαι τὴν δημοκρατίαν, 8.49.1: τῆς τοῦ ἐκεῖ δήμου καταλύσεως, 8.54.4: καταλύσουσι τὸν δῆμον, 8.63.3: δημοκρατία κατελέλυτο, 8.65.1: τοὺς δῆμους ἐν ταῖς πόλεσι κατέλυον, 8.68.4: τοῖς ξυγκαταλύουσι τὸν δῆμον, 8.86.2: τοὺς τὸν δῆμον καταλύοντας etc. A partir de 410, por meio do “decreto de Demofanto”, qualquer tentativa de “abater a democracia” tornou-se crime (cf. Andócides 1.96-98; vide ainda Osborne 2010: 278; Gish 2012: 177). Havia já uma lei de *eisangelia* de autoria de Sólon (*Ath. Pol.* 8.4).

4 Como também o farão anos depois por ocasião da imposição dos trinta tiranos. A constatação, enunciada por Forsdyke 2013: 238, é desenvolvida por Trittle 2013: 300-308.

5 Combinação de fatores não raro recorrentes: “em teoria, é possível que, mesmo nas aparentemente consolidadas democracias da América do Norte e Europa Ocidental, a democracia possa um dia deixar de ser ‘a única possibilidade disponível’: cidadãos que antes aceitaram a democracia como única forma legítima de governo podem se tornar mais inclinados a alternativas autoritárias. Sistemas de partidos estáveis em que todas as maiores forças antes estiveram unidas em apoio à democracia podem entrar em fases de extrema instabilidade ou testemunhar a ascensão meteórica de partidos anti-sistema. Por fim, regras antes respeitadas por todos os atores políticos podem repentinamente ser alvo de ataque por políticos que se acotovelam em busca de vantagens partidárias” (Foa & Munck 2016: 15).

6 *Ath. Pol.* 29.2 e especialmente 32.3: οἱ δὲ τετρακόσιοι μετὰ τῶν δέκα τῶν αὐτοκρατόρων εἰσελθόντες εἰς τὸ βουλευτήριον ἤρχον τῆς πόλεως (“os Quatrocentos mais dez plenipotenciários adentraram o buleutério e governaram a cidade”) e Thuc. 8.67.1: καὶ πρῶτον μὲν τὸν δῆμον ξυλλέξαντες εἶπον γνώμην δέκα ἄνδρας ἐλέσθαι ξυγγραφέας αὐτοκράτορας, τούτους δὲ ξυγγράφαντας γνώμην ἐσενεγκεῖν ἐς τὸν δῆμον ἐς ἡμέραν ῥητὴν καθ’ ὅτι ἄριστα ἢ πόλις οἰκίσηται (“primeiro reuniram o povo e decidiram que seriam escolhidos dez relatores plenipotenciários, e que esses homens apresentariam ao povo, em um dia convencionado, os pareceres segundo os quais a cidade seria melhor administrada”). Sobre a natureza e composição dessa magistratura extra-ordinária, bem como sobre as diferenças entre a narrativa de Tucídides e a da *Athenaion Politeia* aristotélica, cf. Tuci 2013: 13-28 e Heftner 2001: 6-16.

7 Embora Atenas se organizasse havia cem anos (desde a queda dos Pisistrátidas) como uma democracia, a ruptura marcada pelo golpe de 411 pode ser lida como mais um episódio no interior de uma história marcada por conflitos internos entre poucos notáveis e a maioria da população. No capítulo em que aponta etapas da evolução constitucional da *polis*, a

Ao discutir o relato presente na *Athēnaion Politeia* atribuída a Aristóteles após ter examinado também a narrativa de Tucídides, R. Osborne escreve que “havia atenienses em 411 buscando uma alternativa viável para a constituição democrática existente. O que é suficiente para indicar, ainda, que a principal preocupação desses atenienses era com um governo eficiente e efetivo, não com a promoção de seus interesses particulares ou de classe”⁸. A leitura algo simpática à iniciativa oligárquica parece desconsiderar uma série de fatores problemáticos como, por exemplo, o emprego de diferentes formas de violência para a imposição de seus interesses, fatores que pretendo discutir na sequência. Concentrando-me sobretudo no exame de Tucídides, que qualifica o *logos* dos oligarcas como “apenas um engodo para a multidão, pois viriam a dominar a cidade os que tencionavam mudá-la” (Thuc. 8.66.1), gostaria de examinar não o acerto da constatação da existência de uma “questão constitucional” em Atenas à época, mas um problema que permanece implícito na reflexão de Osborne: *a quem* a mencionada alternativa seria viável, eficiente e/ou efetiva? Ou, por outras palavras, como dissociar o golpe dos interesses particulares daqueles que o promoveram? *Quem* perderia e ganharia, e *o quê*, com a alteração ou com a manutenção da democracia? Mais importante do que discutir os resultados políticos da iniciativa me parece ser o exame dos pressupostos éticos que a nortearam, contrastando-os com os daqueles que a ela resistiram.

Seja com relação a experiências antigas ou contemporâneas de democracia, a percepção das distinções entre “constituição do corpo político” e “técnica de governo”, “direito público” e “prática administrativa”, ou “racionalidade político-jurídica” e “econômico-governamental”, é sempre útil para iluminar duas faces de um conceito que nada tem de unívoco⁹. Constituição e governo – dito em termos simples, embora não menos problemáticos – se inscrevem e irmanam em todos os empregos de “democracia” (ou correlatos) por Tucídides. Ao contemplar o entrelaçamento de ambos os vieses conforme forem perceptíveis na narrativa do historiador ateniense, buscarei antes

Constituição dos atenienses considera o golpe como a oitava mudança de regime dentre as onze que arrola (*Ath. Pol.* 41.2).

8 Osborne 2010: 277.

9 Para os termos contrapostos cf. Agamben 2009: 7-9.

entender como o segundo – governo – é reproposto de modo a provocar alterações do, ou no, primeiro – constituição –, mais do que ater-me a um só deles ou oscilar entre um e outro. Na tentativa de compreender como Tucídides trabalhou o problema, pretendo evidenciar a perspicácia daqueles que perceberam a armadilha a tempo e souberam desarmá-la, sem descurar, entretanto, das consequências igualmente problemáticas associadas à nova conjuntura.

A reconstrução dos eventos operada por Tucídides entrelaça dois conjuntos de fenômenos capitais para se compreender a manutenção de um sistema democrático de relações: de um lado, os antecedentes ou “técnicas de golpe de Estado”¹⁰ que desestabilizaram a prática; de outro, a eficácia da resistência, dentro e fora da cidade, que prontamente dissolveu o golpe em curso, embora sem conseguir retornar ao antigo sistema dos tempos de Péricles. Tendo essa percepção por fundamento, e sempre baseado majoritariamente no livro 8 de Tucídides¹¹, a sequência deste capítulo está dividida em três seções: na primeira, examino as referidas técnicas e as atitudes de seus agentes promotores na tentativa de mostrar como se deu a mudança de sistema. Na segunda, analiso o papel das lideranças e os procedimentos de resistência ao golpe. A terceira seção, teórica, propõe reflexões sobre a relação direta entre a experiência democrática e a capacidade crítica autônoma e criadora de seus agentes promotores. Dito de outro modo, essa seção

10 Bearzot 2013.

11 Uma ressalva historiográfica parece necessária de saída. Por conta das visíveis diferenças de método de composição e ordenação que apresentam quando comparados aos demais, tentou-se já na antiguidade atribuir os livros 5 e 8 de Tucídides a outros historiadores. Recentemente, L. Canfora retomou uma hipótese derivada de Diógenes Laércio (2.57.15-17), que atribui o “segundo prefácio” (5.26) de Tucídides a um seu “editor”, supostamente Xenofonte (Canfora 2005: 23-26 e 63; Canfora 2006: 14-17). Contra tais considerações *ex silentio*, baseadas tão somente numa possibilidade entrevista por E. Schwartz em 1906, prefiro a visão de Hornblower (2008: 3): retomando argumentos de C. Dewald, o comentarador demonstra que o fato de Tucídides ter experimentado diferentes métodos não invalida de modo algum — ao contrário — a possibilidade de os livros 5 e 8 serem de sua autoria. Além disso, já na antiguidade outros historiadores tinham por certo e evidente que esses dois livros haviam de fato sido escritos por Tucídides. Em meados do século II a.C., por exemplo, Políbio afirmava explicitamente (8.13.3) que Teopompo teria continuado a narrativa de Tucídides, informação que será corroborada um século depois por Diodoro Sículo (13.42.5 e 14.87.7; no primeiro passo, menciona também Xenofonte). E Dionísio de Halicarnasso (*Thuc.*16), por sua vez, afirmava também que o historiador Crátipo de Atenas teria recolhido materiais deixados por Tucídides, embora sem sugerir que o tenha continuado.

pensa a democracia, antiga ou contemporânea, não como conceito abstrato, mas como arena em que juízes e contendores alternam papéis com frequência e negociam soluções sempre provisórias. O objetivo central deste texto, enfim, não é tanto o de reconstruir historicamente os acontecimentos do verão de 411, mas sim o de examinar como o pensamento tucidideano correlaciona tensão política e manutenção da democracia em Atenas, apontando problemas que tal correlação pode evidenciar e, talvez, também contribuir para com experiências contemporâneas¹².

TÉCNICAS DE GOLPE

A democracia foi abatida por dentro e com endosso popular angariado mediante pesado clima de intimidação e suspeitas mútuas (Thuc. 8.66-70; *Ath. Pol.* 32.1): esse é o ponto de que partem os autores antigos retomados por C. Bearzot, cujo trabalho é fundamental por apontar procedimentos por ela designados como “técnicas de golpe de Estado” postas em prática pelos conspiradores de 411. Esquemáticamente, tais técnicas podem ser sintetizadas em três iniciativas principais¹³ que indiciam a infiltração capilar dos conjurados e sua intenção primordial de concentrar poder e recursos às expensas do *demos*: a) controle das atividades institucionais, por meio da atuação clandestina de confrarias capazes de influir nas deliberações da *boule*, da assembleia e das eleições; b) propaganda sistemática e capaz de influenciar a opinião pública, repisando a premência da *soteria* ou salvação da cidade, que só seria conseguida com o abandono da democracia para se poder obter auxílio do Rei persa por intermédio da atuação de Alcibíades; c) tentativa de redução da população à inércia política, por meio da criação de um clima de intimidação e confusão ideológica decorrente

12 Uma ressalva: essa última proposta visa tão somente a integrar, se possível, a leitura de Tucídides a meditações privadas e/ou públicas a respeito da experiência contemporânea da democracia, não a empregar anacronicamente o texto do historiador a partir da perspectiva de um outro regime de historicidade, como se fonte de *exempla* a imitar ou evitar.

13 Bearzot 2013: 185-186. Para uma visão complementar cf. Tuci 2013: 199-214.

do transformismo de muitos agentes (Terâmenes, Frínico e Pisandro são casos paradigmáticos) e da eliminação física de adversários.

“Confrarias” ou “corporações” traduzem o que Tucídides designa como *xynomoi* (a que poderá dar-se o equivalente latino de *coniurationes*), isto é, grupos de interesse cujos membros vinculavam-se por juramentos de fidelidade e assistência recíproca. Em um passo-chave, o historiador afirma que “as confrarias antes agiam nos tribunais e cargos da cidade”¹⁴ por meio de influência direta ou não. Tais associações designavam o que outras fontes chamam de *betairiai* e tinham por objetivo principal “a vontade de subtrair-se ao controle público, recusando abertamente o princípio democrático da publicidade da política”¹⁵. Desenvolvendo atividades paralelas em “questões jurídicas e políticas” (*epi dikais kai arkbais*), tais confrarias agiam havia muito em Atenas sustentando economicamente seus membros, recolhendo informações sobre adversários, fornecendo ou suprimindo provas, interferindo em atividades de jurados e magistrados, intimidando mediante corrupção ou mesmo violência aberta e/ou forçando a indicação de nomes para sorteio, dentre outras iniciativas¹⁶. Embora controlassem as reuniões da *boule* e da assembleia mediante escolha prévia de oradores e assuntos a serem debatidos, nem por isso, entretanto, as confrarias detinham poderes totais: a substituição de Frínico e Cirônides por Diomedonte e Leonte no inverno de 412/1 como comandantes navais revela que o *demos* ainda detinha alguma capacidade de decisão autônoma (Thuc. 8.54.3)¹⁷. Porém os eventuais alinhamentos entre o povo e os líderes da assembleia e dos tribunais, conseguidos sobretudo por meio de intimidações, são desmascarados por Tucídides: “isso era apenas um engodo para a multidão, pois viriam a dominar a cidade os que tencionavam mudá-la”¹⁸.

14 Thuc. 8.54.4: τὰς τε ξυνωμοσίας, αἵπερ ἐτύγχανον πρότερον ἐν τῇ πόλει οὔσαι ἐπὶ δίκαις καὶ ἀρχαῖς.

15 Bearzot 2013: 136-137. Para Platão, as *xynomoi* e *betairiai* teriam por objetivo explícito o “permanecer ocultas”: ἐπὶ γὰρ τὸ λανθάνειν συνωμοσίας τε καὶ ἑταιρίας συνάξομεν (*Resp.* 365d). Em Tucídides também aparecem as expressões análogas τοῦ ἑταιρικοῦ (8.48.3), τῶν ἑταίρων (8.48.4) e τοῖς ἑταίροις (8.65.2), por exemplo.

16 Bearzot 2013: 142 e Tuci 2013: 58-65.

17 Tuci 2013: 56.

18 Thuc. 8.66.1: ἦν δὲ τοῦτο εὐπρεπὲς πρὸς τοὺς πλείους, ἐπεὶ ἔξιν γε τὴν πόλιν οἵπερ καὶ μεθίστασαν ἔμελλον.

A segunda iniciativa dos conspiradores, a insistência na urgência da *soteria tei polei* (Thuc. 8.53.2), isto é, um conjunto de “políticas de austeridade” ou de “saúde financeira” de Atenas sob pretexto da emergência militar, girava em torno de três pontos resumidos na fala de Pisandro à assembleia: a adoção de uma política “mais sábia” mediante a restrição da ocupação dos cargos públicos, o foco antes na salvação do que na forma de governo e a aceitação do retorno de Alcibíades, que intermediaria a negociação do apoio do Rei persa (Thuc. 8.53.3; *Ath. Pol.* 29.5). O primeiro termo se converteria na restrição do *misthos* tão somente aos combatentes de guerra e na restrição dos encarregados dos negócios públicos a cinco mil cidadãos dentre os mais abastados e alegadamente mais capazes (Thuc. 8.65.3)¹⁹. O segundo termo descreve o modo de agir autocrático dos Quatrocentos²⁰.

A proposição da *katalysis* da democracia não era feita, entretanto, em termos explícitos. Ao contrário, o acento recaía sobre a manutenção da continuidade com o passado vazada em linguagem pretensamente tranquilizadora. Diante da assembleia, por exemplo, Pisandro edulcorava a proposta sugerindo aos atenienses que “mantivessem a democracia mas não do mesmo modo”²¹, isto é, aparentemente propunha apenas uma modificação do *mesmo* regime até então vivenciado. O *demos* intui a armadilha, e só cede a Pisandro “receoso e esperando nova mudança”²². Após a assembleia em Colono (Thuc. 8.67), porém, a realidade frustrou de uma vez tais expectativas.

O terceiro tipo de iniciativas, por fim, diz respeito à intimidação violenta, tanto física quanto psicológica, promovida pelos conspiradores contra o *demos* e facilitada em decorrência da ausência da frota, então estacionada

19 Cf. Tuci 2013: 77 e 151.

20 Thuc. 8.67.3: ἐλθόντας δὲ αὐτοὺς τετρακοσίους ὄντας ἐς τὸ βουλευτήριον ἄρχειν ὅπη ἂν ἄριστα γιγνώσκωσιν αὐτοκράτορας, καὶ τοὺς πεντακισχιλίους δὲ ξυλλέγειν ὅπταν αὐτοῖς δοκῇ (“esses Quatrocentos iriam ao buleutério e governariam como melhor lhes parecesse, de modo autocrático, e reuniriam os Cinco Mil quando desejassem”).

21 Thuc. 8.53.1: μὴ τὸν αὐτὸν τρόπον δημοκρατουμένοις.

22 Thuc. 8.54.1: ὁ δὲ δῆμος τὸ μὲν πρῶτον ἀκούων χαλεπῶς ἔφερε τὸ περὶ τῆς ὀλιγαρχίας· σαφῶς δὲ διδασκόμενος ὑπὸ τοῦ Πεισάνδρου μὴ εἶναι ἄλλην σωτηρίαν, δέϊσας καὶ ἅμα ἐπελπίζων ὡς καὶ μεταβαλεῖται, ἐνέδωκεν (“a princípio o povo ouviu com desgosto a respeito da oligarquia, mas cedeu, receoso e esperando nova mudança, quando Pisandro mostrou claramente que não havia outra salvação”).

em Samos – o que rompia o equilíbrio entre participantes da assembleia e suas lideranças. Nenhum cidadão se opunha aos conspiradores, receando sobretudo a quantidade dos envolvidos e os assassinatos frequentes que não eram investigados. Dentre as principais lideranças golpistas – Antifonte, Frínico, Pisandro e Terâmenes – os três últimos eram antigos apoiadores da democracia, comportamento paradigmático e generalizado que só contribuía para aumentar a confusão ideológica e a paralisia política dos demais cidadãos, desencadeando suspeitas mútuas que só beneficiavam, de fato, os diretamente implicados na trama (Thuc. 8.66.2-5). Em meio a tal situação, líderes populares influentes foram eliminados, como Ândrocles (Thuc. 8.65.2) e Hipérbolo (Thuc. 8.73.3). Como consequência imediata, “a assembleia foi dissolvida após sancionar tudo isso, sem que ninguém se opusesse”²³.

Desse breve esquema, pode-se depreender três fundamentos que tanto propiciaram quanto pautaram a tentativa de *katalysis*: a vasta influência de poderio econômico em assuntos políticos e jurídicos, a pressão ideológica que se aproveita de uma situação militar e financeira crítica, e o emprego sistemático da violência física ou psicológica. Os conspiradores de 411 aproveitaram-se de um momento de extrema fragilidade da cidade e exploraram a vulnerabilidade da prática democrática direta à manipulação articulada, a começar pela imediata restrição à liberdade de franca expressão²⁴ e pelo emprego da força²⁵. Assim, alçaram-se à testa da cidade e concentraram nas mãos dos grupos que representavam não apenas a condução da *polis*,

23 Thuc. 8.69.1: Ἐπειδὴ δὲ ἡ ἐκκλησία οὐδενὸς ἀντειπόντος, ἀλλὰ κυρώσασα ταῦτα διελύθη.

24 Restrição também habilmente disfarçada, pois que apresentada como garantia irrestrita de se fazer qualquer proposta *exceto* acusar qualquer delas de ilegal – o que de imediato abriu caminho para a proposta de dissolução do regime e instituição dos Quatrocentos, o que contrariava abertamente a lei de *eisangelia* de Sólon: Thuc. 8.67.2: καὶ ἐσήνεγκαν οἱ ξυγγραφῆς ἄλλο μὲν οὐδέν, αὐτὸ δὲ τοῦτο, ἐξεῖναι μὲν Ἀθηναίων ἀνατεῖ εἰπεῖν γνώμην ἦν ἂν τις βούληται· ἦν δὲ τις τὸν εἰπόντα ἢ γράψηται παρανόμων ἢ ἄλλω τῷ τρόπῳ βλάβῃ, μεγάλας ζημίας ἐπέθεσαν (“os relatores apresentaram uma única moção: seria facultado a todo ateniense manifestar a opinião que quisesse sem qualquer receio. Caso alguém acusasse o proponente de apresentar algo ilegal ou o prejudicasse de qualquer modo, seria severamente penalizado”).

25 Thuc. 8.70.2: (...) τὰ τε ἄλλα ἔνεμον κατὰ κράτος τὴν πόλιν. καὶ ἄνδρας τέ τινας ἀπέκτειναν οὐ πολλούς, οἱ ἑδόκουν ἐπιτήδειοι εἶναι ὑπεξαίρεθῆναι, καὶ ἄλλους ἔδησαν, τοὺς δὲ καὶ μετεστήσαντο (“quanto ao demais, administraram a cidade pela violência. Assassinaram alguns homens, não muitos – os que lhes pareceram deveriam ser eliminados –, prenderam alguns e baniram outros tantos”).

mas sobretudo dos escassos recursos ainda disponíveis à ocasião, embaralhando conscientemente as noções de prática política e técnica administrativa, ou servindo-se da primeira para mascarar a intenção controladora da segunda. Ao invés de diálogo e equilíbrio entre demandas e concessões, num momento de crescente escassez de recursos e pressão sobre os cidadãos que os concentravam²⁶, a intimidação violenta e a restrição da esfera pública a poucos davam a tônica da reação golpista.

RESISTÊNCIA

A rapidez com que o golpe foi desbaratado evidencia a colisão de distintas motivações, como suspeitas mútuas e desconexão entre os líderes, movimentos de reação paralela, como os de Alcibíades, e, sobretudo, a capacidade de organização daqueles que mais tinham a perder com a dissolução da democracia: os marinheiros que se revoltam em Samos, guiados por Trasíbulo, e os hoplitas remanescentes em Atenas, instigados por Terâmenes, que rapidamente percebeu a falta de sustentação dos conjurados e mais uma vez mudou de lado.

Em 412 Atenas havia fomentado em Samos uma revolução democrática²⁷, deixando estacionados na ilha cem naus e por volta de vinte mil marinheiros, em sua maioria tetas, além de mil hoplitas. Esse contingente constituía o grosso da base democrática da cidade e os adversários mais temidos pelos conspiradores, que se aproveitaram de sua ausência para agir²⁸. Imediatamente após o golpe, os Quatrocentos enviam uma embaixada a Samos com o intuito de tranquilizar os marinheiros, alegando que a oligarquia havia sido instituída para salvação geral e que todas as decisões seriam tomadas de fato pelos Cinco Mil. Receavam a insubmissão dos marinheiros e o

26 Forsdyke 2013: 238; Tritle 2013: 300-308.

27 Thuc. 8.21.1: Ἐγένετο δὲ κατὰ τὸν χρόνον τοῦτον καὶ ἡ ἐν Σάμῳ ἐπανάστασις ὑπὸ τοῦ δήμου τοῖς δυνατοῖς μετὰ Ἀθηναίων, οἳ ἔτυχον ἐν τρισὶ ναυσὶ παρόντες (“por essa época ocorreu também em Samos, contra os poderosos, uma revolução do povo junto dos atenienses, que ali se encontravam com três naus”).

28 Bearzot 2013: 192.

alastrar-se da revolta – o que imediata e efetivamente veio a ocorrer (Thuc. 8.72). Enquanto em Atenas o clima de desorientação geral, fomentado sobretudo pela ação clandestina das *betairiai*, contribuía para a desestabilização do próprio regime recém instituído, em Samos a liderança ágil, efetiva e centralizada exercida por Trasíbulo e Trasilo, liderança que receberam democraticamente por escolha dos marinheiros em assembleia, permitiu a adoção de uma linha de conduta calma, racional e unificada (Thuc. 8.75-76)²⁹.

Como uma espécie de “governo no exílio” que não se conforma às decisões tomadas em Colono, os soldados reunidos em Samos organizam por iniciativa própria uma assembleia em que discutem duas posições: a daqueles que desejavam impor a oligarquia também ao exército, e a dos que permaneciam fiéis à prática democrática (Thuc. 8.76). Nessa assembleia, depõem comandantes e trierarcas suspeitos e elegem novos, entre eles Trasíbulo e Trasilo. Reconstruindo como discurso coletivo a pluralidade de vozes anônimas manifestadas na ocasião, Tucídides reporta as posições doravante assumidas por esses marinheiros, dentre as quais se destacam duas: a percepção de que uma minoria (*scil.* Atenas) havia rompido com eles, a maioria – o que reafirma o princípio democrático da decisão majoritária (Thuc. 8.76.3); e a classificação de “erro” para a dissolução dos *patrioi nomoi*, isto é, a constituição de Clístenes e Péricles, da qual eles próprios se viam como guardiães salvadores (Thuc. 8.76.6). Ao tomar conhecimento dos eventos ocorridos em Samos quando estavam em Delos, os enviados dos Quatrocentos ali permanecem (Thuc. 8.77). Por instigação de Trasíbulo, Alcibíades é chamado a Samos e promete aos marinheiros o auxílio de Tissafernes (Thuc. 8.81). Em seguida é eleito estratega, e nele os marinheiros “depositam esperanças de sua própria salvação bem como de castigo dos Quatrocentos”³⁰. Quando os emissários dos Quatrocentos chegam a Samos, são verbalmente hostilizados pelos soldados a despeito de todas as tentativas de amenizar os efeitos da instauração da oligarquia em Atenas. Alcibíades,

29 Bearzot 2013: 194.

30 Thuc. 8.82.1: τὴν τε παραυτίκα ἐλπίδα ἕκαστος τῆς τε σωτηρίας καὶ τῆς τῶν τετρακοσίων τιμωρίας.

então, intercede, dizendo que não se opunha aos Cinco Mil e exortando os atenienses a restaurar o conselho em sua forma anterior, de Quinhentos membros, bem como a não recuar ante o inimigo uma vez que, se a cidade se salvasse, haveria esperança de uma reconciliação geral (Thuc. 8.86).

Quando os emissários retornam a Atenas e reportam as declarações de Alcibíades, membros da própria oligarquia começaram a criticar a situação, dentre eles Terâmenes e Aristócrates, com receio dos marinheiros de Samos e do próprio Alcibíades. A proposta de um governo moderado, que desse aos Cinco Mil uma existência efetiva, é então duramente censurada por Tucídides como mais um mero pretexto por meio do qual cada um se empenhava por liderar o *demos*³¹. Aqueles dentre os Quatrocentos que mais se opunham a essa linha de conduta, como Antifonte, Frínico, Pisandro e Aristarco, não hesitaram em negociar a rendição de Atenas com os lacedemônios (Thuc. 8.90), algo que os Quatrocentos já haviam tentado tão logo assumiram a cidade (Thuc. 8.70.2). Logo a seguir, porém, Frínico é abatido à traição em plena ágora cheia de gente (Thuc. 8.92). Como se tratou de uma iniciativa isolada, Terâmenes se sentiu encorajado a agir e passou a incitar os hoplitas do Pireu a demolir a fortaleza que os oligarcas haviam construído para se proteger do povo, em caso de necessidade, e servir de bastião para os lacedemônios, caso a cidade fosse tomada (Thuc. 8.93). Quando os lacedemônios conseguem sublevar toda a Eubeia à exceção de uma única cidade (Oreos) fiel a Atenas, os atenienses em pânico convocam uma assembleia em seu local tradicional, a Pnix, destituem os Quatrocentos

31 Thuc. 8.89.3-4: ἦν δὲ τοῦτο μὲν σχῆμα πολιτικὸν τοῦ λόγου αὐτοῖς, κατ' ἰδίας δὲ φιλοτιμίας οἱ πολλοὶ αὐτῶν τῷ τοιοῦτῳ προσέκειντο, ἐν ᾧ περ καὶ μάλιστα ὀλιγαρχία ἐκ δημοκρατίας γενομένη ἀπόλλυται· πάντες γὰρ αὐθημερὸν ἀξιοῦσιν οὐχ ὅπως ἴσοι, ἀλλὰ καὶ πολὺ πρῶτος αὐτὸς ἕκαστος εἶναι· ἐκ δὲ δημοκρατίας αἰρέσεως γιγνομένης ῥᾶον τὰ ἀποβαίνοντα ὡς οὐκ ἀπὸ τῶν ὁμοίων ἐλασσούμενος τις φέροι. σαφέστατα δ' αὐτοὺς ἐπῆρε τὰ ἐν τῇ Σάμῳ τοῦ Ἀλκιβιάδου ἰσχυρὰ ὄντα καὶ ὅτι αὐτοῖς οὐκ ἐδόκει μόνιμον τὸ τῆς ὀλιγαρχίας ἔσσεσθαι· ἠγωνίζετο οὖν εἰς ἕκαστος αὐτὸς πρῶτος προστάτης τοῦ δήμου γενέσθαι (“para eles isso era mero palavreado político e quase todos se entregavam às próprias ambições, situação a mais deletéria para uma oligarquia surgida de uma democracia. Pois de imediato passaram a considerar-se todos não como iguais, mas como se cada um fosse de longe o primeiro – os resultados das eleições numa democracia são facilmente aceitos porque ninguém se julga diminuído por seus iguais. O que mais evidentemente os instigou foi a solidez de Alcibíades em Samos e a opinião de que a oligarquia não se manteria, daí cada um disputar para que fosse o primeiro a liderar o povo”).

e entregam a administração da cidade aos Cinco Mil, que ocupariam cargos sem remuneração (Thuc. 8.96-97).

A pressão conjugada da decisão e empenho dos marinheiros em Samos, somada à fragilidade e suspeição inerentes à própria organização dos oligarcas, exposta à primeira dificuldade séria e irreparável quando Terâmenes passa a agir em causa própria em conjunto com os hoplitas do Pireu; e a presença do inimigo tão próximo, fizeram ruir por dentro um sistema de governo que contava com pouquíssimo respaldo. Permeando esses três fatores pode-se ler uma mesma orientação na conduta dos marinheiros de Samos habilmente captada por Terâmenes: a consciência da própria capacidade de organização autônoma e eficaz por parte da maioria dos descontentes com imposições autoritárias, violentas e excludentes.

POIESEIS DA DEMOCRACIA

Alguns questionamentos contribuem tanto para nossa compreensão do golpe de 411 quanto para discussões sobre democracias contemporâneas, e sinalizam modos de como o *ktema* (“patrimônio”) tucidideano pode contribuir *es aiei* (“para sempre”) para nossas percepções e vivências de experiências democráticas, integrando-se em uma meditação mais ampla e contínua. Da narrativa de Tucídides gostaria de destacar três dessas contribuições, ou *ktemata*, que me parecem fundamentais para, a um só tempo, aclarar um pouco mais a correlação entre tensões políticas e manutenção da democracia, de um lado, e determinadas experiências especificamente nossas, de outro. Dois entendimentos ou construções cotidianas e paulatinas concorrem para delinear tais contribuições. Primeiro, o da democracia como prática ético-política cujo desenvolvimento é descrito e avaliado pelo historiador. E, sobretudo, o da democracia como narrativa, incorporada por Tucídides à própria, fosse como referência apreciada, fosse

como questionável, fosse, principalmente, como teia de memórias com maior ou menor grau de efemeridade e coesão³².

O primeiro *ktema* diz respeito ao delineamento da percepção do processo em curso por parte dos agentes que mais teriam a ganhar com a preservação da democracia e a perder com sua dissolução, percepção basilar a nortear tanto os atos quanto as narrativas de tais agentes. O pretexto de que um governo oligárquico representaria uma garantia para obtenção de recursos persas, associado à política entreguista (Thuc. 8.90) por parte dos líderes dos Quatrocentos, que visava à paz imediata a qualquer custo com Esparta e à manutenção de suposta boa vizinhança entre as potências atuantes no Egeu, não convenceu a multidão de marinheiros e hoplitas, os quais, sem a guerra, os recursos materiais, a mão-de-obra escrava e a participação efetiva nas decisões e juízos que ela fomentava, se veriam cativos dos mecanismos de concentração de poder e renda a que o golpe dava curso³³.

Formada majoritariamente por cidadãos sem posses e pequenos proprietários endividados ou arruinados que tentavam a sorte no mar e não integrariam os Cinco Mil, essa multidão não encontraria outros meios de subsistência numa cidade semi-arrasada, cuja concentração de terras, capitais e/ou mercados estava precisamente nas mãos daqueles em favor dos quais os líderes do golpe agiam. Na “assembleia dos marinheiros” em Samos (8.76), em três momentos a consciência da importância material da continuidade da guerra é evocada pelos interlocutores como motivo suficiente para a restauração e manutenção da democracia, seja em Atenas, seja na ilha (uma vez que detinham o controle da frota)³⁴. Outros exemplos,

32 Tenho em mente a distinção proposta por W. Benjamin entre a rememoração do romance, centrada em “*um* herói, *uma* peregrinação, *um* combate”, por exemplo, e a “breve memória do narrador”, atenta a “*muitos* fatos difusos”, matéria própria da narrativa (1994: 211; itálicos no original).

33 Tritel 2013: 300-301.

34 Respectivamente: duas vezes na alínea 4: τὰς τε ἄλλας πόλεις ὧν ἄρχουσιν ἀναγκάσειν τὰ χρήματα ὁμοίως διδόναι καὶ εἰ ἐκεῖθεν ὠρμώντο (...) καὶ δυνατώτεροι εἶναι σφεῖς ἔχοντες τὰς ναῦς πορίζεσθαι τὰ ἐπιτήδεια τῶν ἐν τῇ πόλει (“poderiam obrigar outras cidades que eles [*scil.* atenienses] comandavam a pagar-lhes contribuições, caso contra elas se lançassem ... por controlarem as naus, tinham maior capacidade de obter suprimentos do que a população da cidade”); depois na conclusão, alínea 7: τό τε μέγιστον, ἦν ἀπάντων σφάλλωνται, εἶναι αὐτοῖς τοσοῦτον ἔχουσι ναυτικὸν πολλὰς τὰς ἀποχωρήσεις ἐν αἷς καὶ πόλεις καὶ γῆν εὐρήσουσιν (“mais importante, se tudo falhasse, teriam muitos locais de refúgio onde encontrariam cidades e terras, uma vez que controlavam tamanha frota”).

coetâneos e provenientes do mesmo estrato social, de consciência da associação entre a manutenção da democracia e interesses materiais, são o início ou retomada de uma série de obras públicas (como as do Erecteu)³⁵ para ocupação da mão-de-obra ociosa após a recuperação das receitas do império e a diobelia instituída por Clitofonte em 409 (*Atb. Pol.* 28.3): em ambos os casos, a democracia restaurada prolongava o processo de desconcentração de renda que beneficiava diretamente aos *thetai*. Ou, por outras palavras: a extensão da democracia política era a um só tempo decorrência e motivação da promoção também de formas de democratização econômica³⁶, embora não necessariamente social (escravos, mulheres e estrangeiros não entravam nessa conta).

Se a narrativa que embasa as iniciativas dos oligarcas articula noções de democracia à de mediação especular em que a coletividade se poderia contemplar em harmonia, a que norteia a dos marinheiros atenta sobretudo à dissensão em que foram por aqueles precipitados e contra a qual têm de fazer frente em caráter de urgência. A ação concertada e rápida dos marinheiros desde a destituição dos comandantes pró-oligarquia, o prosseguimento da guerra com igual entusiasmo, a eleição de Alcibíades para seu comandante e o rechaço das propostas dos emissários dos Quatrocentos em Delos (respectivamente Thuc. 8.77, 81-2, 86), foram decisivos para desestabilizar por dentro a junta golpista (8.89), contribuindo com sua dissolução logo a seguir (8.97). E no campo das práticas, tal conjunção de fatores expõe facetas complementares inerentes não apenas à prática da democracia antiga, em que o equilíbrio vulnerável e frágil de sua continuidade decorria precisamente de ser ela, a democracia, fruto de construções críticas, autônomas e cotidianas de cidadãos resilientes a ameaças que se tentavam vender como favoráveis à maioria³⁷. A principal, talvez, seja a sutil ironia

35 Cf. Osborne 2010: 89.

36 Fotopoulos 1992. Sobre a guerra como geradora de butim e a importância das despesas públicas para o crescimento econômico de Atenas por meio de desconcentração de renda, cf. Finley 1978 e Osborne 2010: 116 e 123.

37 Sobre a vulnerabilidade e fragilidade da democracia atenienses, vide Gish 2012: 167-171, Tuci 2013: 11 e 215-216, e Flaig 2013: 73-75; sobre a percepção da democracia como construção humana crítica e autônoma, Gallego 2003: 8-15 e Pébarthe 2012: 148-157; sobre a resiliência dos cidadãos de Atenas, Gish 2012: 203.

inerente ao movimento pendular desde o golpe até a resistência e a restauração da democracia: enquanto o golpe é democraticamente proposto (ainda que de modo enviesado, falacioso e em uma assembleia inusual), a reação e a restauração decorrem de iniciativas ao arrepio das normas constitucionais então vigentes (mediante uma assembleia alhures – em Samos – e constituída tão somente pelos cidadãos aptos a deliberar naquela precisa ocasião), que são repropostas.

Além disso, a reação desencadeada se pautou por um movimento que pode ser dito a contraparte negativa da restauração da democracia: a necessidade de continuação da guerra e do processo de imperialismo expansionista para a manutenção da afluência de recursos que garantiriam o exercício de funções e práticas democráticas sobretudo para os cidadãos com poucas posses ou nenhuma. O principal argumento de Diódoto para advogar que se poupassem os mitileneus – que os atenienses se focassem na utilidade futura de poupá-los e não na punição de um crime passado – foi precisamente o fato de os insulares ainda terem condições de pagar indenizações mediante um acordo rápido e/ou continuarem a pagar tributos (Thuc. 3.46), fruto desse o mais útil, embora não necessariamente o mais justo, da expansão da *arkhe* indissociável da manutenção da democracia³⁸. Já na “arqueologia” (1.1-19)³⁹ em pelo menos três momentos o historiador associa acúmulo de recursos e consolidação de poderio ou expansão imperialista⁴⁰. A conclusão, porém, fica a cargo do leitor: uma expansão

38 O próprio Diódoto teria dissociado justiça e utilidade advogando pela segunda: “o juízo de Cléon de que a justiça e a utilidade da punição são a mesma coisa não é possível aqui” (Thuc. 3.47.5: καὶ τὸ Κλέωνος τὸ αὐτὸ δίκαιον καὶ ζύμφορον τῆς τιμωρίας οὐχ εὐρίσκεται ἐν αὐτῷ δυνατὸν ὄν ἅμα γίνεσθαι). A respeito da atuação de Diódoto como focada no futuro e na previdência, por contraposição à de Cléon, apegada ao passado e à memória; e das múltiplas ironias inerentes ao choque entre um discurso franco e violento, de um lado, e outro alegadamente sutil e moderado, cf. Saxonhouse 2006: 146-163.

39 Sobre essa seção da obra de Tucídides cf. Martin 2017: 13-30.

40 Cf. Thuc. 1.9: formação do poder de Agamêmnon; 1.13: formação de tiranias; 1.15.1: Τὰ μὲν οὖν ναυτικά τῶν Ἑλλήνων τοιαῦτα ἦν, τὰ τε παλαιὰ καὶ τὰ ὕστερον γενόμενα. ἰσχύον δὲ περιποιοῦσαντο ὅμως οὐκ ἐλαχίστην οἱ προσσχόντες αὐτοῖς χρημάτων τε προσόδῳ καὶ ἄλλων ἀρχῆ-ἐπιπλέοντες γὰρ τὰς νήσους κατεστρέφοντο, καὶ μάλιστα ὅσοι μὴ διαρκῆ εἶχον χώραν (“essas eram as frotas dos helenos, tanto as antigas quanto as formadas depois. Os homens que as organizaram adquiriram um poderio não pequeno, fosse devido ao afluxo de riquezas ou ao mando sobre outros povos, pois navegaram contra ilhas e as dominaram principalmente aqueles cujo território era insuficiente”) – síntese do raciocínio.

infinita pressupõe recursos infinitamente abundantes. Do contrário, mais concreta e frequentemente, em algum ponto o ciclo estancará, e com o fim dos recursos virá o colapso do poderio e vice-versa, com maior ou menor rapidez e a despeito de diferenças conjunturais. Se os oligarcas agiram na tentativa de estancar o fluxo minguate de divisas e assim resguardar as próprias posições sob pretexto de um interesse geral, do ponto de vista dos golpistas a reação dos remadores de Samos e a consequente manutenção da democracia, ironicamente, tornou-se mais um gravame para uma situação já combatida, a despeito da solução momentânea para problemas econômicos da parcela da população diretamente favorecida pela iniciativa. Mesmo para os diretamente beneficiados pela restauração democrática a tensão conjuntural só aumentava: na iminência da destituição dos Quatrocentos, ante a visão das naus peloponésias, por exemplo, os hoplitas do Pireu “começam a temer pelo conjunto do corpo político”. No dia seguinte, é a guerra civil que parece mais perigosa que a ameaça inimiga⁴¹. Mesmo a reproposição da democracia em outras bases, agora “entregue aos Cinco Mil” (Thuc. 8.97.1) e pautada por “uma mistura equilibrada entre oligarcas e multidão”, apenas dá início à primeira tentativa em anos de retirar a cidade da “péssima situação dos negócios públicos”⁴², tentativa que seria muito em breve novamente frustrada.

A “mistura equilibrada” apreciada pelo historiador escancara, entretanto, outro problema que permanece por equacionar, o de qual seria o ponto de equilíbrio salutar entre democracia política, democracia econômica e expansionismo militar, se é que algum haveria. A sequência da narrativa tucidideana não esclarece, por exemplo, se tal equilíbrio teria sido a solução menos indigesta para todas as partes envolvidas no conflito ou mais uma forma de mascarar outros tipos de questões que então permaneceram intocadas, como o dos reais benefícios acarretados pela manutenção ou

41 Respectivamente Thuc. 8.93.3: ἐφοβεῖτο μάλιστα περὶ τοῦ παντὸς πολιτικοῦ e 8.94.3: τοῦ ἰδίου πολέμου μείζονος [ἦ] ἀπὸ τῶν πολεμίων οὐχ ἑκάς, ἀλλὰ πρὸς τῷ λιμένι ὄντος.

42 Thuc. 8.97.2: καὶ οὐχ ἥκιστα δὴ τὸν πρῶτον χρόνον ἐπὶ γε ἑμοῦ Ἀθηναῖοι φαίνονται εὖ πολιτεύσαντες· μετρία γὰρ ἦ τε ἐς τοὺς ὀλίγους καὶ τοὺς πολλοὺς ζύγκραις ἐγένετο καὶ ἐκ πονήρων τῶν πραγμάτων γενομένων τοῦτο πρῶτον ἀνήνεγκε τὴν πόλιν.

pelo fim do expansionismo imperialista, para além dos problemas éticos diretamente implicados.

A segunda contribuição ou *ktema* que gostaria de destacar diz respeito ao desnudamento da interconexão entre agentes políticos, econômicos e ideológicos, por vezes unificados, como motivadores da iniciativa golpista, concretizada sem prévia preocupação com a futura *stasis* que poderiam desencadear, de modo e com consequências análogas à iniciada anos antes em Corcira, por exemplo, fruto também de descompassos entre interesses aristocráticos e populares⁴³. Bem entendido, os paralelismos ora propostos só têm sentido se desenvolvidos com atenção a pelo menos dois fatores: à distinção entre constituição política e técnica de governo com base na leitura de Tucídides pelas lentes de C. Bearzot; e pondo-se momentaneamente de lado diferenças institucionais, econômicas e regimentais existentes entre a democracia direta e a representativa ou, de modo simplificado, entre experiências antigas e contemporâneas da democracia, diferenças que de tão grandes e tão numerosas por vezes parecem ter como único traço comum apenas a contingência da homonímia.

Confrarias contemporâneas de credores continuam com mais vigor que nunca em busca da concretização de seus interesses, agindo politicamente não apenas mediante votos e proposições de seus integrantes, mas principalmente por meio da inserção estratégica de representantes nos escalões oficiais e pela formação de opinião a partir da presença ininterrupta nas esferas pública e privada. Das empresas da fé aos oligopólios de mídia e entretenimento, dos justiciamentos seletivos aos conglomerados financeiros de todas as envergaduras, a determinação – ou omissão – dos assuntos e pautas a serem debatidos, mais do que seu conteúdo veiculado já devidamente digerido, ainda é extremamente eficaz para construir ou destruir paradigmas, políticos ou não, impondo assim agendas a governantes subvencionados e a coletividades que anseiam por algo ou alguém em quem se fiar. Dito de outro modo: oligarquias econômicas condicionam condutas de democracias se tanto estritamente políticas.

⁴³ Estes capitaneados por Pítias, próximo ateniense que vocalizava a proposta de aliança irrestrita com a metrópole (Thuc. 3.70.6).

Slogans oratórios ou midiáticos como o da “salvação da *polis*”, ou da “eficiência”, “austeridade”, “governabilidade” e “equilíbrio de contas públicas”, por exemplo, dentre tantas perífrases equivalentes mas com significações igualmente estratégicas, são, por sua própria natureza de *marketing* oficial não necessariamente afim às necessidades materiais da maioria governada, sinal de que talvez as iniciativas que encobrem não venham a beneficiar aqueles a quem supostamente se propõem fazê-lo. Em termos mais claros: são formas, como indicou claramente há muito o historiador ateniense, de “engodo para a multidão” (Thuc. 8.66.1), sedutoras propagandas de propostas tóxicas cujos efeitos desequilibrantes via de regra se fazem sentir em curto prazo. Rendição a qualquer preço, como a entrega de patrimônio público, a destruição de iniciativas públicas de desconcentração efetiva de recursos e a elaboração de sofisticados mecanismos de transferência de renda para mãos mais hábeis convergem tão somente para a manutenção do *status* de golpistas, não para benefício dos que se entusiasmam como se efetivamente se fossem libertar de uma vez por todas de supostos males sistematicamente alardeados. Por outras palavras: a ideologia da eficiência de que se traveste o poderio econômico também disputa a arena democrática como qualquer outro poder ou outra ideologia. A questão que permanece sem resposta é *quem* arcará com o ônus de sua concretização, ou *a quem e a quantos* essa concretização efetivamente beneficia.

A inércia e confusão políticas intencionalmente provocadas via de regra pela coordenação desses dois agentes – oligarquia econômica e propaganda oficial – somadas à eliminação não necessariamente física de adversários e a todo tipo de intimidação persecutória, de modo explícito ou não, por parte da indústria do medo e do ódio, decorrem de um modo de atuação política poucas vezes tipificado como tal, e providencialmente adequados a quem espreita para servir a seus reais controladores, todos devidamente articulados em nome de interesses restritos, muito bem definidos e jamais republicanamente transparentes. Perceber como cada procedimento remete aos demais e a eles se articula, explicitamente ou não, é a chave para compreender como se concerta a atuação de seus agentes promotores, ocupem eles postos oficialmente políticos ou não. Dito em outros termos: além do poderio econômico e do controle e patrulhamento ideológicos, o

exercício de violência física ou não, dissimulada ou não, é um terceiro modo de atuação identificável na arena democrática, de cuja prática só procura habilmente preservar o nome.

A questão que tais ponderações deixam aberta atinge o coração mesmo da definição de democracia. Seria eticamente lícito e politicamente salutar, ou vice-versa, no âmbito de uma democracia, um ou mais grupos minoritários imporem sua vontade e interesses com base na manipulação deliberada da opinião coletiva, ou mesmo com seu consentimento tácito ou explícito, quando tais grupos pautam suas condutas pelas exigências e interesses da abundância de recursos materiais de que dispõem? Tal situação contribuiria antes para a manutenção de uma democracia ou apressaria sua dissolução? E quais seriam os modos de reação ou as iniciativas que poderiam, se não evitar o colapso, ao menos preservar algum equilíbrio que almeje distintas formas de justiça, política como também econômica? Em que ponto e de que modos, enfim, uma democracia o é de fato, e não apenas uma narrativa *prêt-à-porter* a edulcorar interesses doutra feita intragáveis?

Como terceiro *ktema*, por fim, e talvez o mais importante sobretudo para o exercício contemporâneo da democracia, apontaria a percepção de que práticas pensadas como democráticas são todas modos de *poieseis* – construções e/ou elaborações – permanentes e voluntariamente escolhidas – o que implica a percepção da democracia como narrativa e atuação permanentemente (re)negociáveis numa arena arbitrada pelo convencimento, não pela imposição. O texto mesmo de Tucídides é pródigo em distintos retratos de experiências democráticas em diferentes momentos e locais, não só em Atenas, todas elas assentadas na fórmula-percepção basilar de “fazer uma assembleia”, *ekkleesian poiein*. Um deles é o da democracia tal qual atribuída pelo historiador à visão de Péricles e retratada de modo idealizado no início da guerra (Thuc. 2.35-46). Outro, o decorrente da visão de Cléon, que tenta desacreditar a prática face aos desafios da manutenção do poderio da cidade (Thuc. 3.37.1-2). Um terceiro pode ser encontrado na visão de Alcibíades, que o historiador suspeita porventura aspirasse à tirania (Thuc. 6.15.4) para depois apresentá-lo, na iminência da expedição contra a Sicília, associando a vivência democrática à ação e à juventude, ao contrário da postura de Nícias (Thuc. 6.18.6-7) e de maneira análoga à do retrato dos

atenienses pelos embaixadores coríntios (Thuc. 1.70). Em Siracusa, contrapondo-se a Hermócrates, Atenágoras aponta as vantagens de uma democracia por contraposição às armadilhas que uma oligarquia estenderia à coletividade (Thuc. 6.39). Ou, para retomar um exemplo diretamente implicado no presente exame, o da democracia dos marinheiros de Samos. Todos esses retratos definem facetas distintas e complementares de um fenômeno que ainda hoje se quer designar pela rubrica homônima enquanto indiciam umas poucas de suas muitas virtualidades.

De modo análogo, a percepção atenta da simbiose anteriormente descrita, via de regra muito bem diluída e jamais explícita, percepção tanto mais arguta se acompanhada de atuação consciente e propositiva diante de adversários tão potentes, é talvez o único modo eficaz de resistência e enfrentamento, que tem na ação dos marinheiros (Thuc. 8.76) e no anseio tucidideano por clarividência paradigmas eloquentes. E é também talvez um primeiro passo para re-invenções da democracia, caso se as considere urgentes e necessárias, a fim de que de fato tal designação se justifique e concretize – para que ao menos a manutenção da designação deixe de significar mero pretexto a legitimar interesses de minorias que controlam indiretamente o voto direto e a participação amplamente franqueada. Em tempos de retrocesso predemocrático ou parademocrático, muito mais insidiosos do que uma proposta francamente antidemocrática (ato falho jamais cometido nem pelos oligarcas de Atenas, nem por aqueles que igualmente sempre se querem vender como reformadores ou salvadores), enxergar com clareza quais e quantas práticas democráticas caracterizam de fato uma democracia, quem age ou não em linha com tais princípios e, sobretudo, quem se beneficia ou não de cada um deles deixa de ser opção para tornar-se imperativo ético, a começar pela clarividência que emule a tucidideana. Ao menos para aqueles a quem a narrativa de Tucídides continua a significar um *ktēma* a ser permanentemente integrado às próprias meditações como fermento necessário.

Precisamente por ser uma *poiesis* a democracia não é menos problemática que outros projetos de poder; bem ao contrário. Mudança e impermanência, muitas vezes ao sabor do acaso, da pressa e de ganhos imediatos – o episódio dos mitileneus permanece como exemplo eloquente de reviravolta

de um dia para outro – são inerentes à prática, ou ao menos à retórica que a embasa. A locução *metria xynkrasis*, a “mistura equilibrada” com que Tucídides (8.97.2) aprecia a democracia restaurada, traz inscrita no sufixo ativo *-sis* tal percepção inerente de movimento e mudança, para bem e para mal. Democracias são estáveis *na*, e *devido mesmo à*, instabilidade das mudanças que tanto as reforçam quanto as desestabilizam, por vezes a ponto de dissolvê-las. Qual a valia, então, senão mesmo a justiça, de mudar contínua e sistematicamente, sobretudo quando sob a rubrica “democracia” pouco mais se compreende do que jogos de poder por poder tornar-se poder? A possibilidade mesma desse jogo e dessas mudanças representa alguma garantia da manutenção de uma democracia – a depender, claro está, de como se a defina? Em contrapartida, até que ponto seria lícito ou legítimo a limitação, a alteração e/ou a conjugação de leis não raro dissonantes por determinados integrantes da coletividade para benefício ou prejuízo de outros – quão democrático é esse embate quando uma parte cerceia ou prevalece sobre outra(s) servindo-se de meios legais para eventualmente perpetuar seu próprio predomínio? Qual seria o ponto equidistante tanto do caos anômico quanto da rigidez ou do imobilismo propriamente oligárquicos e/ou despóticos, centrados em projetos restritos ou unitários de poder? Como corrigir distorções e desequilíbrios no contexto deste trabalho sem fim – o estabelecimento e a manutenção de práticas legitimamente democráticas – nem qualquer garantia de sucesso ou continuidade? Qual o grau de dinamismo tolerável em uma democracia saudável, caso tal parâmetro possa ser quantificado? Como identificar até que ponto as iniciativas de determinados grupos seriam tão somente outras dentre várias proposições a debater-se na arena democrática, e não tentativas de golpe de poucos em detrimento da maioria, sobretudo quando o objetivo de transferência e concentração de rendas e recursos lhes secunda como sombra? Como o poder contrabalança a si mesmo, de modo a fomentar o desenvolvimento de pessoas, não apenas de si mesmo? Até que ponto, enfim, as narrativas que enformam uma democracia não são também elas “apenas um engodo para a multidão”? Se tais questões não almejam nem a denúncia, nem a utopia de um sistema perfeito, tampouco mascaram problemas concretos entrevisíveis já em 411 como ainda hoje. Elas tão

somente se empenham em pensar – como talvez também Tucídides o tenha feito – a experiência da democracia como formadora, gerada de dentro para fora da *polis* como criação intelectual coletiva fundada no intercâmbio da palavra.

O paradoxo inerente a tais questões, talvez mesmo a todas as formuladas neste texto, reside não na formulação delas, questões, mas no fato de que são dia a dia respondidas em todos os locais e por todos os agentes que se pensam democráticos por meio das escolhas que fazem a todo instante. Do discurso de Péricles à experiência contemporânea da *e-democracy*, das decisões dos marinheiros em Samos às propostas de reflexão sobre a *poiesis* democrática tanto antiga quanto contemporânea, as múltiplas respostas insaciavelmente oferecidas definem as virtudes, as limitações e o patrimônio dessa que continua a ser o mais desafiador projeto de poder. A locução tucidideana *metria xynkrasis* alude também, por meio do adjetivo *metria* (“equilibrada”), a práticas e meditações que se confundem com a essência mesma da democracia. *Isegoria*, a igualdade de possibilidade de empenhos da palavra; *isocracia*, a igualdade no exercício de diferentes poderes; *isonomia*, a igualdade perante toda lei; e *to ison*, a igualdade abstrata e plena garantida por lei a todos os indivíduos em sua condição privada⁴⁴, são princípios que remetem todos a intertextos inscritos em práticas não apenas transcendentais à obra do historiador, enquanto núcleos donde sempre emanou mesmo a mais simples das narrativas democráticas, como, sobretudo, garantes do caráter permanentemente reequilibrador, porque dinâmico e aberto, de qualquer democracia verdadeira e legítima, isto é, de qualquer narrativa política genuinamente pautada pela prática da solidariedade emanada das decisões autônomas da maioria. Se tais ponderações não são respostas, ao menos indiciam excelentes pontos de partida: assim como o presente de cada leitor, os *ktemata* tucidideanos reiteradamente se lançam em desafio a toda prática narrativa ansiosa por desequilíbrios estanques mantidos à força ou justificados às pressas.

44 As duas primeiras noções – *isegoria* e *isocracia* – não são explicitamente empregadas por Tucídides, apenas aludidas. As outras duas, e sobretudo a última, aparecem em passos-chave da narrativa (cf. respectivamente Thuc. 3.82.8 e 2.37.1).

Como sempre aconteceu desde o começo do mundo e sempre continuará a acontecer até ao dia em que a espécie humana se extinga, a questão central de qualquer tipo de organização social humana, da qual todas as outras decorrem e para a qual, mais cedo ou mais tarde, todas acabam por concorrer, é a questão do poder, e o principal problema teórico e prático com que nos enfrentamos consistirá na necessidade de identificar quem o detém, de averiguar como chegou a ele, de verificar o uso que dele faz, os meios de que se serve e os fins a que aponta.

(J. Saramago, *ibidem*)

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Agamben, G. (2009), "Note liminaire sur le concept de démocratie", in G. Agamben et alii, *Démocratie, dans quel état?* Montréal, 7-9.
- Aristóteles. (1995), *A constituição de Atenas. Edição bilingue. Tradução e comentários de F. M. Pires*. São Paulo.
- Aristóteles. (2015, 4ª ed.), *Constituição dos atenienses. Introdução, tradução do original grego e notas de D. F. Leão*. Lisboa.
- Bearzot, C. (2013), *Come si abbatte una democrazia. Tecniche di colpo di Stato nell'Atene antica*. Roma; Bari.
- Benjamin, W. (1994), "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov", in W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, 197-221 (orig. W. Benjamin, "Der Erzähler. Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskow", 1936).
- Canfora, L. (2005), *Tucidide tra Atene e Roma*. Roma.
- Canfora, L. (2006), "Biographical Obscurities and Problems of Composition", in Rengakos, A.; Tsakmakis, A. (ed.), *Brill's companion to Thucydides*. Leiden; Boston, 3-31.
- Flaig, E. (2013), "To Act with Good Advice: Greek Tragedy and the Democratic Political Sphere", in J. P. Arnason, K. A. Raaflaub & P. Wagner (eds.), *The Greek Polis and the Invention of Democracy. A Politico-cultural Transformation and its Interpretations*. Chichester, 71-98.
- Finley, M. I. (1978), "Empire in the Greco-Roman World", *GaR* 25: 1-15.
- Foa, R. S. & Munck, Y. (2016), "The Democratic Disconnect", *Journal of Democracy* 27: 5-17.
- Forsdyke, S. L. (2013), "The Impact of Democracy on Communal Life", in J. P. Arnason, K. A. Raaflaub & P. Wagner (eds.), *The Greek Polis and the Invention of Democracy. A Politico-cultural Transformation and its Interpretations*. Chichester, 227-259.
- Fotopoulos, T. (1992), "Direct and Economic Democracy in Ancient Athens and its Significance Today", *Society & Nature* 1: 1-14.
- Gallego, J. (2003), "Prácticas subjetivas, procedimientos estatales: política y pensamiento em la democracia ateniense", *Revista Litorales. Teoría, Método y Técnica en Geografía y Otras Ciencias Sociales* 2: 1-19.
- Gish, D. (2012), "Defending *demokratia*: Athenian Justice and the Trial of the Arginusae Generals in Xenophon's *Hellenika*", in F. Hobden & C. Tuplin (eds.), *Xenophon: Ethical Principles and Historical Enquiry*. Leiden & Boston, 161-212.

- Heftner, H. (2001), *Der oligarchische Umsturz des Jahres 411 v. Chr. und die Herrschaft der Vierhundert in Athen*. Frankfurt am Main.
- Hornblower, S. (2008), *A commentary on Thucydides*. V. 3. Oxford.
- Martin, C. S. (2017), *Tucídides Archaialogikós. Grecia antes de la Guerra del Peloponeso*. Zaragoza.
- Osborne, R. (2010), *Athens and Athenian Democracy*. Cambridge.
- Pébarthe, C. (2012), "Faire l'histoire de la démocratie athénienne avec Cornelius Castoriadis", *REA* 114: 139-157
- Saramago, J. (1991), "Verdade e ilusão democrática". Disponível em: <expresso.sapo.pt/cultura/2015-06-18-Ensaio-de-Saramago-Verdade-e-ilusao-democratica>.
- Saxonhouse, A. W. (2006), *Free Speech and Democracy in Ancient Athens*. Cambridge.
- Thucydides. (1967-70), *Historiae*. 2 vols. Ed. H. S. Jones, J. E. Powell. Oxford.
- Tritle, L. A. (2013), "Democracy and War", in J. P. Arnason, K. A. Raaflaub & P. Wagner (eds.), *The Greek Polis and the Invention of Democracy. A Politico-cultural Transformation and its Interpretations*. Chichester, 298-320.
- Tuci, P. A. (2013), *La fragilità della democrazia. Manipolazione istituzionale ed everzione nel colpo di stato oligarchico del 411 a.C. ad Atene*. Milano. <<http://www.ledonline.it/index.php/Erga-Logoi/pages/view/qel-2-atene-democrazia>>.